

REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades em contratos administrativos, aquisições, reformas, fornecimentos e prestações de serviços vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

Senhor(a) Presidente

Os Vereadores que este subscrevem, no pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais e legais, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, no artigo 36, § 3º, da Constituição do Estado de Mato Grosso, e no artigo 13, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, c/c o artigo 59 do Regimento Interno desta Casa de Leis, vêm, perante Vossa Excelência, requerer, em caráter de urgência, a imediata instauração de **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI DOS CONTRATOS DA EDUCAÇÃO**, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, com a finalidade de investigar fatos determinados relacionados à execução de contratos administrativos, aquisições, reformas e fornecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, no período compreendido entre os anos de 2021 e 2026.

1. DO FATO DETERMINADO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objeto a apuração de possíveis irregularidades, superfaturamentos, sobrepreços, direcionamentos, inexecuções contratuais, desperdício de recursos públicos, pagamentos indevidos, falhas de planejamento e eventuais prejuízos ao erário municipal relacionados aos contratos administrativos firmados pela Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, especialmente envolvendo:

I – aquisição de materiais pedagógicos e educacionais, incluindo:

- a) livros didáticos e paradidáticos;
- b) sistemas apostilados de ensino;
- c) materiais escolares;
- d) kits pedagógicos;
- e) plataformas educacionais e materiais complementares.

II – aquisição e fornecimento de uniformes escolares, abrangendo:

- a) quantitativos contratados;
- b) qualidade dos produtos;
- c) regularidade das entregas;



- d) compatibilidade entre os valores pagos e os materiais efetivamente entregues;
- e) verificação da capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e idoneidade da empresa contratada, considerando a existência de elevado número de ações judiciais em face da fornecedora responsável pelos uniformes escolares, bem como eventual impacto dessas demandas na regular execução contratual e no cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Pública Municipal.

III – aquisição de mobiliário escolar e administrativo, incluindo:

- a) carteiras escolares;
- b) mesas;
- c) cadeiras;
- d) armários;
- e) móveis destinados às unidades escolares e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs.

IV – aquisição, instalação e manutenção de equipamentos e estruturas, incluindo:

- a) aparelhos de ar-condicionado e climatização;
- b) playgrounds e parques infantis;
- c) equipamentos recreativos;
- d) equipamentos permanentes destinados às unidades escolares.

V – reformas, obras e reparos estruturais em unidades escolares, abrangendo:

- a) manutenção predial;
- b) reformas estruturais;
- c) adequações elétricas e hidráulicas;
- d) obras de acessibilidade;
- e) reparos emergenciais;
- f) fiscalização da execução física e financeira dos contratos.

VI – contratos administrativos correlatos, especialmente:

- a) adesões a atas de registro de preços;
- b) dispensas e inexigibilidades de licitação;
- c) contratos emergenciais;
- d) possíveis fracionamentos de despesas;
- e) contratação de empresas sem capacidade técnica ou operacional compatível.

2. DOS OBJETIVOS DA CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito terá como objetivos:

- I – levantar e analisar contratos, atas, aditivos e processos administrativos relacionados às aquisições e reformas da educação municipal;
- II – verificar eventual ocorrência de superfaturamento, sobrepreço ou direcionamento contratual;
- III – fiscalizar a execução física e financeira dos contratos;



- IV – comparar os quantitativos pagos com os produtos efetivamente entregues;
- V – analisar a qualidade dos materiais e equipamentos adquiridos;
- VI – apurar eventuais pagamentos por serviços não executados ou parcialmente executados;
- VII – verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios e das contratações emergenciais;
- VIII – identificar eventual concentração irregular de fornecedores;
- IX – realizar diligências e inspeções in loco nas unidades escolares;
- X – encaminhar aos órgãos competentes eventuais indícios de ilícitos civis, administrativos ou penais constatados durante os trabalhos da Comissão.

3. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito encontra amparo:

- I – na Constituição Federal;
- II – na Lei Orgânica do Município de Cuiabá;
- III – no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá;
- IV – no poder-dever de fiscalização do Poder Legislativo Municipal;
- V – nos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, nos limites constitucionais e regimentais, podendo requisitar documentos, convocar testemunhas, ouvir servidores e gestores públicos, requisitar informações e realizar diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos investigados.

4. DA JUSTIFICATIVA

A educação pública municipal administra recursos públicos de elevada relevância social, destinados diretamente à garantia do direito fundamental à educação de milhares de crianças da rede municipal de ensino.

Entretanto, são recorrentes as denúncias, reclamações da comunidade escolar, apontamentos apresentados em fiscalizações parlamentares e informações divulgadas pela imprensa acerca de possíveis inconsistências em contratos e aquisições da área educacional, especialmente relacionadas à precariedade estrutural das unidades escolares, ausência de climatização adequada, atraso na entrega de uniformes e materiais escolares, mobiliários deteriorados, reformas inacabadas e possível incompatibilidade entre os valores contratados e a realidade encontrada nas escolas e CMEIs do Município.

Há evidente interesse público na apuração técnica, transparente e responsável desses fatos, considerando os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.



A presente Comissão Parlamentar de Inquérito visa assegurar o regular exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo Municipal, promovendo a defesa do patrimônio público, a correta aplicação dos recursos destinados à educação e a transparência da gestão pública municipal.

5. DO REQUERIMENTO FINAL

Diante do exposto, e considerando a magnitude do dano potencial ao erário e a flagrante violação do ordenamento jurídico que rege as finanças públicas, os Vereadores subscritores requerem o imediato deferimento deste pedido e a célere publicação da Resolução para a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do artigo 59, § 2º, do Regimento Interno, para que o Poder Legislativo Municipal cumpra seu dever constitucional de fiscalizar e zelar pela correta e transparente aplicação dos recursos do povo cuiabano.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 28 de maio de 2026.

Maysa Leão (Câmara Digital) - REPUBLICANOS

Vereador(a)

